



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 2736 14/11/2023

COMPARAÇÃO REVELAM DISTORÇÕES NOS SALÁRIOS DE SERVIDORES FEDERAIS, SEGUNDO ANÁLISE DE ESPECIALISTAS



Uma recente análise feita pelo veículo de mídia independente JOTA, revelou que no emaranhado de cargos e tabelas remuneratórias do serviço público federal, é possível identificar servidores que têm funções semelhantes, porém convivem com profundas diferenças salariais. Essas distorções alimentam uma competição predatória e estão no centro do debate sobre a criação de um novo sistema de carreiras.

A newsletter Por Dentro da Máquina um dos produtos de mídia do JOTA, consultou especialistas, ligados à academia, ao Executivo e às entidades sindicais, para chegar a um exemplo clássico do que o próprio governo avalia como uma importante disfuncionalidade do sistema. Dessa forma então o veículo comparou as tabelas remuneratórias de sete cargos semelhantes, todas de “analistas administrativos” de nível superior.

Foram avaliados os cargos de analista administrativo das agências reguladoras, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Ibama, da Agência Nacional de Mineração (ANM), do Inbra e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). No último caso, o cargo tem a nomenclatura de “analista técnico-administrativo”.

Resultados

A comparação revela, por exemplo, que o analista administrativo do Inbra recebe de salário inicial o equivalente a 39,1% daquilo que é pago ao analista administrativo das agências reguladoras. Enquanto o primeiro entra no

funcionalismo com salário de R\$ 5.897,29, o segundo entra com R\$ 15.050,25.

No caso dos analistas administrativos, deve-se notar que, apesar das semelhanças, há diferenças de complexidade nas atividades que precisam ser levados em conta.

Neste caso, a distorção se mostra mais relevante se a comparação for entre os analistas administrativos do conjunto das agências reguladoras e seus colegas com o mesmo cargo na Agência Nacional de Mineração, cuja reestruturação da carreira é considerada prioritária. O analista da ANM tem um salário inicial de R\$ 10.065,06, o que equivale a 66,87% dos vencimentos pagos nas outras agências.

“Isso é reflexo de uma política salarial historicamente sem critérios técnicos, na qual prevalece a força política de cada carreira. É preciso discutir tabelas remuneratórias padronizadas, fazer o mapeamento das ocupações, refletir sobre os salários e a complexidade das funções, e pensar em ter carreiras muito bem desenhadas para que o serviço público funcione”, afirma Felipe Drumond, consultor do Instituto Republica.org e um dos expoentes no debate sobre a transformação do Estado brasileiro.

Na lista dos analistas administrativos, os servidores das agências reguladoras têm as melhores remunerações, seguidos dos servidores da Previc (salário inicial de R\$ 14.583,49), do Dnit (R\$ 13.351,89), do Ibama (R\$ 10.893,30), da ANM (R\$ 10.065,06) e do Inbra (R\$ 5.897,29), respectivamente. Em relação aos analistas técnicos-administrativos do PGPE, os trabalhadores recebem o inicial de R\$ 6.255,90, podendo alcançar o salário final de R\$ 9.728,38.

Medidas a serem tomadas

A Condsef/Fenadsef vêm há muitos anos lutando pela redução dessas tabelas e por consequência pela diminuição das distorções remuneratórias. Na campanha salarial em curso, essa questão vêm sendo apresentada na Mesa Nacional de Negociação Permanente, junto ao Ministério de Gestão e Inovação (MGI) A expectativa é que ainda nesse governo essa questão seja pelo menos amenizada.

(Matéria completa no site do Sintsef-CE)



Para saber mais acesse as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
 Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
 Jornalistas: Letícia Alues e Junior Tavares